

Mês da Visibilidade Lésbica: ‘Ficamos no limbo entre o movimento LGBT e o feminista’, diz advogada que defendeu criminalizar homofobia no STF

Em conversa com CELINA, Ananda Puchta fala sobre os apagamentos sofridos pelas mulheres lésbicas na sociedade e da importância da representatividade

[\(O Globo, 14/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Aos 30 anos, a curitibana Ananda Puchta conquistou um feito e tanto na sua ainda curta carreira de advogada: falou na tribuna do Supremo Tribunal Federal (STF). Em sua sustentação, feita em fevereiro, defendeu a [criminalização da LGBTIfobia](#) no julgamento dos processos que pediam que a homofobia e a transfobia fossem equiparadas ao crime de racismo. A tese foi aceita pela maioria do Supremo em junho.

Mas o histórico de Ananda na defesa dos direitos das minorias já vem de antes. Ainda na faculdade, entre 2009 e 2013, iniciou sua atuação pro-bono, auxiliando nos processos de retificação de pré-nome e gênero de pessoas trans, quando isso só podia ser feito pela via judicial — desde o ano passado, também por [decisão do STF](#), a alteração pode ser feita em qualquer cartório, sem a necessidade de laudo psicológico ou comprovação de cirurgia.

Na mesma época, “saiu do armário” e apresentou a sua companheira, com quem vive até hoje, para família. O processo, segundo a advogada, não foi fácil. Nascida e criada em Curitiba, no Paraná, hoje, além de atuar no Grupo Dignidade e na Aliança Nacional LGBTI, ela também preside a Comissão de Diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do estado e é uma das fundadoras do Coletivo Cássia, fundado em 2017 por mulheres lésbicas.

Em conversa com [CELINA](#) no Mês da Visibilidade Lésbica, Ananda falou sobre como a letra L acaba invisibilizada dentro do próprio movimento [LGBTI+](#) e também no [movimento feminista](#). Para ela, o apagamento das vivências de mulheres que amam mulheres tem um impacto negativo sobre a saúde mental de jovens lésbicas e bissexuais. Uma das soluções, para a advogada, está na criação de redes de apoio e acolhimento para esses mulheres.

— É preciso mostrar que essa vida feliz é possível, que essa existência é possível — diz.

CELINA: Agosto é o mês da Visibilidade Lésbica. Você sente que as lésbicas, em geral, são invisibilizadas? Isso acontece dentro do movimento LGBTi+?

Ananda Puchta: Dentro no movimento LGBT, as mulheres lésbicas nunca tiveram um protagonismo de fato, apesar de estarem historicamente ativas. Temos várias [mulheres lésbicas](#) muito foadas nos últimos 30 anos no Brasil, mas os homens sempre aparecem como protagonistas, justamente porque é um espaço que estão acostumados a ocupar. Eles são ensinados desde cedo que ocupam esse espaço, e a gente é ensinada desde cedo que a nossa atuação é outra, é a do apoio, do cuidado. E isso tudo, para mim, tem origem no machismo. Isso vem mudando. A letra L, a partir de uma decisão da primeira conferência nacional do

movimento [em 2008], passa a iniciar a sigla LGBT. Mas ainda tem muito preconceito com esse nome. Tem muitas mulheres lésbicas que falam que são gays, não lésbicas. Há uma dificuldade de falar que é lésbica. A gente se encontra nesse limbo entre o movimento feminista, que também não aceita as lésbicas muito bem, e o movimento LGBT, porque tem uma herança muito machista.

Como esse apagamento se manifesta dentro do movimento feminista?

Nos encontros das mulheres feministas, você raramente tem mesas que debatem a vivência de relacionamentos lésbicos ou bissexuais. Isso vem mudando, mas é complicado afirmar que as lésbicas são realmente aceitas no movimento feminista, porque não são. Existem muitos estereótipos ainda. Algumas mulheres ainda se colocam num papel machista nas relações. E não tem a ver com vestimentas ou performar masculinidade, mas de ter relacionamentos abusivos, comportamentos de ciúmes e de fiscalização dos corpos das suas companheiras. E isso são coisas que os homens fazem. É uma auto desconstrução que o movimento lésbico precisa fazer. Mas você tem dificuldade de debater questões de saúde, questões de políticas públicas específicas. Tem uma dificuldade de pautar isso dentro do movimento feminista, justamente porque você tem mulheres lésbicas nesse papel machista e é muito difícil para as feministas debaterem essa realidade. É óbvio que você tem espaços e instituições em que esse debate acontece e que agregam as lésbicas. No movimento LGBT também. Mas, em geral, há um apagamento muito grande.

“Fiz uma defesa não tão jurídica, mais social e histórica, falando pelas pessoas que já não estão mais aqui. Não tinha porque eu estar ali senão por eles, por essas pessoas que morreram por LGBTifobia” ANANDA PUCHTA, Advogada - sobre a defesa da criminalização da LGBTifobia no STF

Na prática, quais são os efeitos dessa invisibilização para as mulheres lésbicas?

A falta de conhecimento e a falta de acolhimento. Se você pega uma menina ou uma mulher lésbica que está saindo do armário no interior, por exemplo. Ela não tem muito acesso a conteúdo, ela não tem acesso a espaços onde possa conviver com outras mulheres lésbicas, onde possa debater a sua própria sexualidade. Porque não é simplesmente sair do armário, é um processo, uma descoberta. Tem várias [questões psicológicas](#) que acontecem e a falta desse acolhimento é muito nociva, principalmente para saúde mental dessas mulheres. Também rola a falta de convívio social. Muitas delas não têm círculo de amigos, não conseguem sair da bolha de dentro de casa, com a sua companheira, porque têm medo. A criação de uma rede é importante para que essas mulheres saibam o que fazer quando sofrem uma violência, onde procurar ajuda se estão em um relacionamento abusivo ou se estão tendo algum problema com a família. É informação, mas também apoio. Essa lacuna que o coletivo Cássia tenta suprir. Porque, na prática, na capilaridade, você tem muitas mulheres que sofrem todos os dias por causa da sua sexualidade, não só no mercado de trabalho, mas nas suas relações pessoais, na família, no círculo de amigos.

Além da visibilidade, você também fala que falta representação política e faltam modelos de mulheres lésbicas em diferentes espaços. Como isso se manifesta?

Isso vem mudando bastante nos últimos anos, com algumas atrizes globais saindo do armário. Você tem a Nanda Costa, a Bruna Linzmeyer, a Maria Maya. Alguns modelos de mulheres que não são estereotipados como “caminhoneiras”. Elas se colocam como mulheres lésbicas e mostram a sua competência de trabalho. Assim, as mulheres lésbicas começam a ver que não estão sozinhas e que existe a possibilidade de ser bem sucedida e ter uma vida feliz e aceitável por conta desses modelos. A própria vereadora [Marielle Franco](#), por exemplo. Ela levantava

mais a pauta racial, feminista e da segurança pública, mas também LGBT pela vivência dela. Ela era uma mulher casada com outra mulher. O fato dessa atrocidade ter acontecido no ano passado trouxe bastante visibilidade política para as vivências das mulheres pretas, periféricas e lésbicas. Mas as sementes que nascem dessa dor são muito interessantes. A gente tem uma proximidade muito grande com a Mônica Benício, que é a viúva da Marielle. E essas representações políticas importam. É preciso mostrar para as mulheres que têm algum medo de se afirmar ou de se colocar profissionalmente por sua orientação sexual que está tudo bem, que esse momento passa, mas é um momento pelo qual você precisa passar, de autoaceitação e de reconfiguração dos círculos afetivos, porque muitas vezes os círculos familiares são nocivos. É preciso mostrar que essa vida feliz é possível, que essa existência é possível. As mulheres estão tendo menos medo de se colocar enquanto mulheres lésbicas e isso é muito importante, porque a gente precisa desses modelos para fazer uma mudança de cultura, para a sociedade entender que somos mulheres como todas as outras, a única diferença é que amamos mulheres. Isso também inclui as mulheres trans lésbicas, as mulheres bissexuais. **Na tua experiência pessoal, têm algum episódio marcante em que sentiu preconceito por ser lésbica?** Eu me assumi na faculdade, bem cedo, mas era muito difícil não ser estigmatizada. “Lá vai a sapatão”, eu ouvia. Hoje em dia eu volto a universidade para dar palestras e vejo que é um ambiente mais tranquilo. Na minha época, era mais difícil de se colocar. E isso muitas vezes me atrelava a uma posição política que eu não tenho. Me chamavam de ‘lésbica comunista’ e eu não sou. Eu sou uma pessoa de centro. No meu estágio no Ministério Público isso foi mais latente, o ambiente era muito nocivo. O primeiro escritório em que trabalhei foi super acolhedor. Eu decidi seguir carreira autônoma para fazer a minha atuação pro-bono, mas também para não ter que me justificar para ninguém, não ter que sair do armário no ambiente de trabalho. Na advocacia em geral, você ainda tem que ter certos estereótipos de performance para ser aceito. “As mulheres estão tendo menos medo de se colocar enquanto mulheres lésbicas e isso é muito importante, porque a gente precisa desses modelos para fazer uma mudança de cultura” ANANDA PUCHTA, Advogada

E na sua família? Houve resistência ou foi mais tranquilo? Eu cheguei para minha família já apresentando a minha companheira. Meu pai ficou preocupado, porque achava que eu não poderia ter uma vida confortável, por sermos duas mulheres, e tinha medo da violência na rua. Eu não performo tanto a masculinidade, até por conta da profissão, e a minha companheira também não. A gente não sofre tanta discriminação na família por conta disso. Mas um fato curioso é que eu tenho um irmão gay e a minha mãe não trata as duas vivências da mesma forma. Tem um incômodo maior com o fato de eu ser lésbica do que com o fato do meu irmão ser gay. Sei que é uma questão histórica, que as mulheres mais velhas têm essa dificuldade. É um machismo velado, na verdade, e mudar isso é difícil, é uma desconstrução diária. Foi difícil para ela. Ela dizia que eu podia casar com o homem que eu quisesse, que eu não vou ter filho biológico, que tinha outros planos para mim. Com o tempo as coisas foram se alinhando, hoje a gente convive cordialmente e se respeita.

Você fez uma fala durante o julgamento da homotransfobia no STF, pelo Grupo Dignidade. Como foi o caminho até chegar ali? E qual foi a importância de ter uma mulher lésbica representando a comunidade LGBT naquele espaço? No Dignidade, a gente tem uma política de representatividade. No julgamento da retificação do prenome de gênero, quem fez a sustentação foi a Gisele [Alessandra Schmidt e Silva], a primeira advogada trans do Paraná e a primeira a falar na tribuna no Supremo. Na sessão sobre doação de sangue por HSH [homens que fazem sexo com homens], foi o Rafael Kirchhoff. Como eu já vinha atuando nesse advocacy desde 2016 e ainda não tinha tido a oportunidade de fazer a sustentação, a criminalização ficou comigo. Concordando ou não com a tese, era um julgamento importante para que a gente pudesse quantificar essa violência. O fato é que a

gente está morrendo e precisa que o Estado brasileiro faça alguma coisa. Muito se falou do balanceamento entre os poderes, mas as pessoas esquecem que tanto o Legislativo quanto o Executivo já foram tensionados sobre a criminalização e nenhum fez alguma coisa. O Judiciário foi a última alternativa. A gente tem uma dificuldade muito grande em passar legislações em função da composição do Congresso e, agora, o Executivo da forma que está, foi desmantelando todas as políticas públicas efetivas que tínhamos. Esse processo também foi usado pelo Supremo, para demonstrar sua força política. Para mim foi uma honra fazer essa fala. Fiquei muito feliz em receber essa incumbência, mas também muito preocupada, porque eu tenho cinco anos de carreira, apesar de atuar no Direito das minorias há quase 10. E também por ter que falar por uma comunidade tão diversa, considerando o recorte de raça, gênero, classe. Eu tinha uma preocupação muito grande em conseguir externar para o Supremo em tão pouco tempo a complexidade da nossa comunidade. Isso me gerou uma ansiedade muito grande. Fiz uma defesa não tão jurídica, mais social e histórica, falando pelas pessoas que já não estão mais aqui. Não tinha porque eu estar ali senão por eles, por essas pessoas que morreram por LGBTifobia. **Dentro dos casos de LGBTifobia, quais são as violências sofridas pelas mulheres lésbicas? Essas violências também são invisibilizadas?**

Sim, são invisibilizadas. A gente tem um recorte que vai junto da Lei Maria da Penha. O Dossiê do Lesbocídio é muito importante nesse sentido. As violências contra as mulheres lésbicas não são só verbais e psicológicas. Muitas são vítimas de estupro corretivo e coletivo, para que “voltem a ser hétero”. Pelo fato de a vítima ser mulher e pelo crime ser cometido muitas vezes por pessoas da família ou por conhecidos, as notificações se confundem com as da Lei Maria da Penha. Então é difícil quantificar e por isso é bem invisibilizado. Na mídia, você vê muito pouco. Pouco se fala sobre orientação sexual da mulher vítima, se fala mais sobre a condição de ser mulher, e isso gera uma sub notificação das violências que as lésbicas sofrem. É difícil você desmitificar isso para o Poder Público. Aqui no Paraná, recentemente, a gente conseguiu fazer com que a Casa da Mulher Brasileira começasse a atender casos de violência doméstica entre casais de mulheres, por exemplo. Antes a delegacia da mulher entendia que, como não havia superioridade física, ela não tinha que intervir. Mas é um relacionamento abusivo entre mulheres, isso tem que ser tratado na delegacia da mulher. Ainda tem muito desconforto em aceitar a relação homoafetiva.

Acha que deveriam existir políticas públicas específica para lésbicas?

Acredito que sim, principalmente de saúde. Também é necessária uma desmistificação de algumas legislações, principalmente no que tange à Previdência Social, o INSS e os direitos trabalhistas. Você tem algumas empresas que não concedem licença-maternidade para a companheira da mulher que teve filho, você tem uma dificuldade para as mulheres conseguirem a pensão post mortem, mesmo com o casamento. Essas questões não são legisladas, a gente não tem uma legislação. O fato da criminalização ter ocorrido agora, só nos garante a proteção contra violência mais extrema, o homicídio, e contra a injúria. A lesão corporal não está incluída na Lei de Racismo. Muito melhor seria ter uma lei como a Maria da Penha. E, com relação a saúde, você tem não políticas para o tratamento ginecológico adequado. A maioria dos ginecologistas do SUS não tem informações para prevenção de doenças nos [relacionamentos sexuais entre mulheres](#). Se fala muito pouco sobre isso na própria Medicina.

Por Leda Antunes

Discriminação aumenta risco de jovens LGBTI irem morar na rua, dizem relatores

Relatores da ONU alertaram nesta semana que jovens LGBTI correm riscos mais altos de viver em situação de rua devido à rejeição familiar e à discriminação na escola. Uma vez desabrigadas, essas pessoas podem ter outros direitos humanos violados, além de ter chances maiores de desenvolver problemas de saúde mental.

“Como resultado da intolerância religiosa e cultural, que pode incluir violência sexual e de outras formas, as jovens lésbicas, os jovens gays, bissexuais, trans e de gênero diverso em todo o mundo enfrentam exclusão socioeconômica”, ressaltaram Victor Madrigal-Borloz e Leilani Farha.

(Nações Unidas Brasil, 13/08/2019 - acesse no site de origem)

Por ocasião do Dia Internacional da Juventude, 12 de agosto, relatores da ONU alertaram que [jovens LGBTI](#) correm riscos mais altos de viver em situação de rua devido à rejeição familiar e à discriminação na escola. Uma vez desabrigadas, essas pessoas podem ter outros direitos humanos violados, além de ter chances maiores de desenvolver problemas de saúde mental.

“Como resultado da intolerância religiosa e cultural, que pode incluir violência sexual e de outras formas, as jovens lésbicas, os jovens gays, bissexuais, trans e de gênero diverso em todo o mundo enfrentam exclusão socioeconômica”, ressaltaram Victor Madrigal-Borloz e Leilani Farha.

Os dois especialistas explicaram que essa exclusão pode ser vivida pela juventude LGBTI nos lares e nas comunidades onde moram. “A reprovação familiar e os castigos podem forçá-los a sair de casa — o que os torna mais vulneráveis a ainda mais violência e discriminação, um fator que se agrava com a idade e com a dependência econômica e a confiança em redes familiares e comunitárias.”

Segundo os relatores, “isso explica por que os jovens LGBT estão sobrerrepresentados em populações que sofrem com situação de rua e por que, uma vez sem moradia, eles sofrem discriminações adicionais”.

Os especialistas acrescentaram que a falta de moradia pode ser a consequência de outros episódios de discriminação, como o preconceito em ambientes de ensino.

“Na escola, muitos jovens LGBT sofrem bullying, o que resulta em taxas de abandono que são mais altas do que a média e tem consequências severas, de longo prazo, para o seu projeto de vida. Os jovens LGBT têm menos probabilidade de ter níveis educacionais e habilidades para encontrar emprego e alcançar segurança econômica, o que, por outro lado, afeta a sua oportunidade de encontrar moradia adequada”, ressaltaram Lelani e Madrigal-Borloz.

De acordo com os relatores, um estudo recente revela que quase dois terços dos jovens LGBT

em situação de rua já tiveram problemas de saúde mental. Estudos sugerem que essa população tem mais chances de relatar casos de depressão, transtorno bipolar e tentativas de suicídio.

“Eles (os jovens LGBT) também têm menos probabilidade de ter acesso a cuidados de saúde e estão extremamente vulneráveis ao uso abusivo de álcool e drogas”, afirmaram os especialistas.

A dupla lembrou que, de acordo com o direito internacional de direitos humanos, os países têm a obrigação imediata de assegurar o direito a habitação e combater, de forma efetiva, a falta de moradia.

Conforme previsto pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), governos também precisam identificar e enfrentar as causas estruturais da situação de rua, a fim de eliminar essa violação de direitos até 2030.

“Dentro desse contexto, as medidas adotadas pelos governos nacionais e locais precisam impedir que os jovens LGBT se tornem moradores de rua, garantir que as políticas e programas de habitação sejam inclusivos para as pessoas LGBT e abordar as necessidades dos jovens LGBT”, completaram os relatores.

Victor Madrigal-Borloz é especialista independente da ONU sobre proteção contra a violência e a discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

Leilani Farha é relatora especial da ONU sobre o direito a moradia.

Viver em São Paulo: Direitos LGBTQI+ - São Paulo/SP, 18/06/2019

Paulistanas e paulistanos são favoráveis a criminalização da LGBTfobia? A administração municipal tem feito muito, pouco ou nada para combater a violência contra a população LGBTQI+?

Estas questões fazem parte da pesquisa “Viver em São Paulo: Direitos LGBTQI+”, realizada pela Rede Nossa São Paulo em parceria com o Ibope Inteligência. O levantamento, que traz dados sobre a percepção de paulistanas e paulistanos em relação à vida das populações LGBTQI+ na cidade de São Paulo, será apresentado às 10h do dia 18 de junho, no Sesc Avenida Paulista.

O evento acontece no dia 18 de junho às 10h no Sesc Av. Paulista.

[Faça sua inscrição aqui](#)

O evento contará com a apresentação dos resultados da pesquisa realizada em 2019, com debate entre especialistas, além de uma intervenção cultural.

Participações confirmadas:

Fernanda Gomes de Almeida - assistente social, trabalhadora do NPJ (Núcleo de Proteção Jurídico social e apoio psicológico), integrante da Coletiva Luana Barbosa, Coletiva Brejo da Sul, Samba Negras em Marcha e Siga Bem Caminhoneira.

Intervenção cultural: Bloco Siga Bem Caminhoneira

“Ser líder negra é ser infinita, como toda grande força”, diz Neon Cunha

Neon Cunha se tornou uma das maiores vozes do Brasil na luta sobre despatologização das identidades de pessoas trans.

[\(Geledés, 28/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Geledés no Debate inicia 2019 entrevistando Neon Cunha, ativista, publicitária, diretora de arte, negra e trans, ela se tornou conhecida nacionalmente ao entrar com uma ação pedindo morte assistida, caso não fosse aprovada a mudança de seu nome civil. Em 2016, Neon se tornou a primeira mulher trans a mudar de nome e gênero sem a exigência de laudo e sem realizar a cirurgia de redesignação genital, após negar o diagnóstico de transtorno da disforia de gênero. Uma luta que era individual se tornou uma vitória coletiva. Como ela conta aqui, seu principal objetivo era “mudar o processo que estava associado as questões do Protocolo Transsexualizador”. Neon é um nome grego e significa novo.

A terceira filha mais velha de uma família de dez filhos relata o apoio e afeto recebidos de sua mãe, faxineira, a quem revelou aos dois anos e meio de idade que era uma menina. Sofrendo bullying desde os três anos de idade, Neon encontrou num grupo de mulheres negras a força para seu processo de identificação. “Foi nesse núcleo de mulheres negras que lapidei a minha existência”, diz.

Geledés- Como se deu a decisão de entrar com uma ação judicial em 2016 para mudar seu nome e por que essa iniciativa foi veiculada ao direto à morte assistida pelo Estado brasileiro, caso sua exigência fosse recusada?

Eu já vinha pensando em como seria mudar todo o processo histórico que estava condicionado à questão do Protocolo Transsexualizador (instituído em 2008 pelo governo federal para atendimento especializado às pessoas trans e travestis no SUS) que dava condição de dizer quem eram as pessoas transexuais e travestis no Brasil. Além dessa questão, eu tinha consciência de que os movimentos sociais voltados às pessoas trans até então só falavam de mulheres transexuais e travestis, e mal se falava do homens trans. Sentia-me cansada da lderdeza judicial no país e temerosa da violação do meu corpo ou da possibilidade de sofrer a morte de qualquer forma, lembrando que o nome social não vai nem nas lápides, ou ao menos antes não ia.

Ou seja, já não bastava ter que sofrer com as violências em vida para também me submeter a outra violência pós-vida. Um ano antes de entrar com a ação, eu já havia falado com o advogado Eduardo Mazini, que depois assumiu o meu caso, dizendo que iria esperar sair a lei que estabelece direito à identidade de gênero, que era uma proposta dos deputados Jean Wyllys e da Érika Kokai (PL 5002), estabelecida nos moldes do que se tem na Argentina e em Portugal.

Pensei que meu corpo estava exposto e apesar de a minha vida não valer nada para o Brasil, ela vale muito para mim, para as pessoas que eu amo e que me amam. Então resolvi entrar com essa ação, dizendo ao meu advogado que recusaria a ser “patologizada” e não ofereceria laudo de espécie alguma, fosse ele psicológico, psiquiátrico, de endocrinologista ou assistente social, que preconizasse os processos anteriores. E se eles me negassem, o país precisaria assumir a responsabilidade da minha morte e a abjeção destas vidas. Foi assim que entrei com a questão da morte assistida, porque, entre ter meu corpo violado, exposto, ameaçado, sendo que eu vinha sofrendo violências desde a infância, acredito que era justo saber a dimensão da dor e da negação de minha existência.

Poder dialogar com a possibilidade de dignidade, principalmente nesse processo de fim de existência, é questão de atitude. É como envelhecer no Brasil, uma vez que as pessoas aqui são consideradas descartáveis. Os brasileiros não olham para seus idosos como acúmulo de conhecimento e respeitabilidade. E sou muito consciente sobre tudo isso. Portanto, caberia a mim mesma o direito de negação da minha própria existência. E a partir desse pensamento, construí o processo judicial. E não foi apenas um processo, mas a criação de uma ação política. Procurei o jornal Folha de São Paulo que deu o título à matéria “Mulher ou Morte”; um artigo inédito, assim como foi inédito se usar pela primeira vez no país a Constituição para casos assim. Foi um precedente único, não sou eu quem falo, foram os pesquisadores que fizeram essa afirmação.

Geledés- O que veio com a mudança de seu nome?

Uma coisa muito importante de se pontuar é que o nome mudado não é de batismo, e sim civil. Não é mais um nome social como uma concessão de determinar como seria a vida de uma pessoa trans. Isso para mim é muito importante, porque esse nome tem legitimidade. E olhe que perversidade: enquanto que ser negra para mim é muito fácil de entender, existe a questão da socialização. Você passa por um processo em que as pessoas dizem lhe dar uma condição social desde que você prove que você é uma pessoa digna, uma “mulher de verdade” e aí sim, lhe dão uma condição de “mulher civilizada”. Eu saio do lugar da besta, dessa concessão de sociabilidade, para a condição de civilidade.

Geledés- Você disse certa vez numa entrevista que aceita apenas ser chamada de trans entre as mulheres negras. Por favor, explique.

As mulheres negras cisgêneras já passaram por esse processo. Fui apresentada à Marcha das Mulheres Negras pela Nilza Iraci (coordenadora do Geledés) e a gente não pode negar as semelhanças quando elas acontecem. A Nilza também é uma mulher negra de pele mais clara, que passou pela ditadura e passou por um processo que se assemelha com o que sofri em outra forma de ditadura. Porque eu nasci na ditadura, mas vivi a partir da ditadura da exclusão social. E foi nesse núcleo de mulheres negras que lapidei a minha força e a minha existência.

É nele em que são discutidas as identidades de gênero. Então chegar nesse lugar em que uma

outra condição é repensada, acolhida e, de certa forma, vivenciada, faz com que haja uma respeitabilidade em que não encontrei em outros lugares. Nesse lugar não falam em trans como exclusão, mas reconhecem a trans como um processo que precisa ser identificado, acolhido, respeitado e trabalhado, para que não sejam reproduzidas as opressões. Então nesse grupo, elas dizem que eu trago além da pauta da mulher negra, a questão da transgeneridade. Então nesse espaço eu me permito e permito o reconhecimento identitário, porque existe acima de tudo acolhimento dessa dor da abjeção. Ali a trans é tratada com o máximo respeito.

“O que vamos fazer com essas pessoas que cometeram crime de ódio? Nós vamos ampliar o discurso do encarceramento em massa ou entender essa construção de subjetividade e intersexualidade que constrói essa violência? Precisamos ampliar o debate.”

Geledés- Qual a importância das grandes líderes negras em sua vida?

É um fascínio. É um universo a ser explorado, encantamento; é mergulhar em você, é o espelhamento. As lideranças negras estão em tantos lugares possíveis. Está em quem desce a ladeira da favela com roupa para lavar, por exemplo. É ver Sueli Carneiro na Marcha das Mulheres Negras e conversar com simplicidade. Em nosso primeiro encontro, ela me disse: “O que é que foi Neon?”. E respondi: “Sabe o que é Sueli? Você é de uma grandiosidade, que eu achava que tivesse um metro e oitenta, um metro e noventa”.

E ela disse rindo: “Sou baixinha mesmo, o que é que foi? O que é grandona?” É isso. É um encontro de mares e rios, dos céus, dos ares, dos fogos, de todos os elementos. É ser Maya Angelou (1928-2014), Angela Davis, Bell Hooks, Djamila, Maria Clara, Nilza Iraci, Luciana, Juliana, Andréias, Veronica Bolina, Lea, Cintia Gomes. Daria para passar o dia falando de mulheres pretas que me antecederam, que me são contemporâneas, que já estão margeando o futuro. Dona Conceição Evaristo, Daí Rodrigues, Érica Malunguinho, Érica Hilton. Há um rosário de mulheres pretas que não têm fim. É Orun, é constelação, é magia.

É o fascínio que alimenta o caminho para ser humana, para ser potente, para ser grande. É a diversão, é o prazer; é falar sobre a dor de Vilma Piedade, mas também é o encontro com 24 mulheres encarceradas em um presídio masculino. É um espelho com 24 facetas sobre você; é dialogar sobre afeto, ética, moral. É falar sobre a vida no cárcere privado, sobre a vida egressa, sobre a vida quem está em situação de rua, quem tá morando na rua. Você quer mesmo saber de forma objetiva o que é ser uma líder negra? É ser infinita, como toda grande força.

“Ainda que vivo, e muito bem vivo, Jean Wyllys nos obriga novamente a pensar na morte e acima de tudo nos leva a refletir sobre o quanto devemos lutar para garantir a vida e viver na beleza de sermos diversos.”

Geledés- Como entende a saída do deputado Jean Wyllys do país e qual o legado que ele deixa para a comunidade LGBT?

O legado de Jean Wyllys vai além de sua carreira política e se funde com sua trajetória de ex-BBB. Sua popularidade é acima de tudo um avanço na luta contra os preconceitos. Wyllys

também é jornalista com mestrado em Letras e Linguística e professor.

O nordestino tem uma história de vida e tanto. É ainda muito significativo para mim que no mês de janeiro em que se celebra a visibilidade trans no Brasil, um casal não binário, Ares Saturno e Soren Denar, morre por meio de suicídio na capital paulista. Numa cidade no interior do Estado de São Paulo, aconteceu também o brutal assassinato da mulher trans ou travesti, Quelly da Silva - um jovem de 20 anos removeu e guardou seu coração, deixando no lugar a imagem de uma santa. Esse caso me fez lembrar outra morte, desta vez por espancamento, com rigores religiosos de paus e pedras, da nordestina Dandara dos Santos, em 2017.

E para citar outros casos além de transfobia, em dezembro de 2018, o cabeleireiro Plínio foi assassinado com facadas em plena Avenida Paulista, a mesma avenida em que um jovem agredido com uma lâmpada, em 2010, exatamente o ano em que Jean Wyllys foi eleito deputado federal pela primeira vez (se continuasse, seriam três mandatos consecutivos). Ainda que vivo, e muito bem vivo, Jean Wyllys nos obriga novamente a pensar na morte e, acima de tudo, nos leva a refletir sobre o quanto devemos lutar para garantir a vida e viver na beleza de sermos diversos. E como afirmou Aristóteles, a política é para se fazer “o bem para a humanidade” e não somente ocupar cargos.

Geledés-Entre as medidas do novo governo, está a extinção da pasta LGBTQI+, antes alocada na Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Como vê essa medida e quais consequências de sua extinção para essa população?

Existe sim uma ameaça ideológica principalmente contra pessoas LGBTQIs, mas é bom lembrar que o Conselho LGBT sempre se chamou Conselho Nacional de Combate à Discriminação, inclusive no governo Dilma. Nunca esse conselho chamou-se Conselho LGBT. Portanto, é bom que essa pauta seja pensada, porque desde sempre é uma questão que se negociou dentro da história de luta de combate à homofobia, do kit gay, das identidades de ideologia de gênero. É muito importante de como a gente trata esse assunto. Agora ideologicamente está posto.

Na minha adolescência, escutei do próprio Lula (ex-presidente), em praça pública, que não havia homossexuais na classe operária. Então a história das lutas de LGBT no Brasil não mudaram muito nos últimos tempos por conta de governos. Mudaram por causa das ações da sociedade civil organizada ou de ativistas independentes. Isso é muito importante pontuar e significa alguns poucos avanços, porque não há nenhuma lei para o casamento, e sim uma jurisprudência. É como o nome civil para as pessoas trans: existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ou seja, as pessoas LGBT têm de se manter alertas, reforçarem seus trabalhos de base para que minimamente avancemos nas eleições municipais. Nós dormimos no barulho e aceitamos qualquer coisa, como frases do tipo “o que dá pra fazer agora é isso”.

Chega! Temos que começar a lutar por uma legislação que combata a LGBTfobia, similar à lei que combate ao racismo. E lutar para que essas leis tenham validade. Aliás, se usarmos o artigo 5 da Constituição, não deveria nem haver estar conversa, porque esse artigo é pleno quando fala de cidadania e humanidade. Deveríamos estar na defesa apurada e aguerrida por tudo que já foi conquistado no processo constituinte. Para mim, esse processo é inquestionável. É para isso que teremos de olhar.

“O combate ao ódio aos LGBTs no Brasil tem que começar pela educação. Vamos

ter que falar sobre educação de gênero, orientação sexual e as possibilidades de vivências que estão fora da regrinha, da caixinha, das pessoas que acham que só tem isso e acabou. Precisa haver uma lei que combata a LGBTfobia e que instrumentalize o país para discutir o assunto. Essa lei tem que ser pensada para além do racismo.”

Geledés-Apesar de frequentemente noticiados, os assassinatos e atos violentos contra a população LGBTQIA+ não diminuem, pelo contrário, só aumentam. Quais medidas acredita que deveriam ser tomadas pelas diferentes esferas de governo?

O combate ao ódio aos LGBTQIA+ no Brasil tem que começar pela educação. Vamos ter que falar sobre educação de gênero, orientação sexual e as possibilidades de vivências que estão fora da regrinha, da caixinha, das pessoas que acham que só tem isso e acabou. Precisa haver uma lei que combata a LGBTfobia e que instrumentalize o país para discutir o assunto. Essa lei tem que ser pensada para além da que combate o racismo. Uma lei que seja similar à lei Maria da Penha; que trate o gênero com amplitude, a sexualidade e o crime de ódio em outra dimensão e que tenha como uma das prioridades a educação. O que vamos fazer com essas pessoas que cometeram crime de ódio? Nós vamos ampliar o discurso do encarceramento em massa ou entender essa construção de subjetividade e intersexualidade que constrói essa violência?

Precisamos ampliar o debate. E temos que assumir a responsabilidade social na construção de uma nova sociedade com maior capaz de acolher a diversidade humana. Temos de tratar desse tema com seriedade e responsabilidade, porque acima de tudo, estamos falando de vidas humanas. A minha pergunta é: quais vidas importam? E elas importam à nossa nação? Ou será que há pessoas que se sentem no direito de eliminar outras? É o próprio movimento tem que ser repensado.

Janeiro é o mês de visibilidade do trans no Brasil, e quando se comemora isso e se consegue uma audiência no gabinete da República, se omite a falar sobre o caso de Dandara dos Santos, uma mulher não branca que morreu no conjunto de Palmares no mesmo mês que morreu Dandara, a esposa de Zumbi. Ela foi uma liderança feminista que antecede muitas coisas na discussão de liderança de luta de mulheres negras no Brasil.

Geledés-Como vê a questão sobre a discussão de sexualidade nas escolas públicas?

A discussão não se restringe apenas à esfera pública, mas precisa atingir todos os lugares além das escolas públicas. Temos que pensar em crianças de escolas comunitárias, em cursos de promoção de delegados populares, em todos os lugares de formação, inclusive os núcleos familiares. Temos que entender que a formação tem uma grande parcela de responsabilidade dos governos, mas também de uma sociedade como um todo. Chamar a sociedade para essa discussão é urgente. Não dá mais para excluí-la. E eu quero falar sobre esse assunto. Também somos responsáveis por nossas omissões, principalmente as que negligenciam vidas.

Geledés-Você já contou publicamente como foi brutalmente violentada. Como explica o ódio contra a população LGBT?

Na Argentina, na lei de identidade de gênero se reconhece o direito ao auxílio do governo para pessoas nascidas até 1975. É um salário digno para reconhecer que essas pessoas foram violentadas em exclusão social. A violência acontece justamente porque as pessoas não

entenderam que seus privilégios não são ameaçados por outras que estão tentando acessar a dignidade humana. É entender a humanidade como um processo plural e, talvez, falar sobre isso além dessa lógica binária de macho e fêmea; de sexo constituído biologicamente.

É um assunto que se estuda desde a antiguidade, que se viu na Grécia, em culturas anteriores à chegada dos colonizadores. Daria para falar horas sobre esse processo. E as religiões têm um papel muito importante na negação do direito da humanidade que permeia diante da ausência de um estado laico, em que se negocia o direito de ser quem se é. Como os indígenas já pediram há tempos: queremos o direito de ser quem somos.

E as pessoas LGBT estão aí dizendo: nós só queremos co-existir. E que a minha existência seja tão respeitada quanto a sua, que é cheia de privilégios. O ódio produzido pela ideia da bestialidade que não corresponde às normas. Mas quem elabora as normas? E elas são necessárias a quem? Às vezes me pergunto se para as mulheres negras cisgêneras cabe a lógica da cisgeneridade. Quando uma mulher negra, independente dessa condição de orientação sexual ou de identidade de gênero, cabe a cisgeneridade? E a cisgeneridade é extremamente tóxica. O corpo da mulher negra sempre é “objetificado”. Rara a mulher negra que não sofre isso no seu corpo, no seu afeto, na sua existência. A dificuldade é permitir que essas pessoas sejam reconhecidas como seres humanos pretos.

“O que vamos fazer com essas pessoas que cometeram crime de ódio? Nós vamos ampliar o discurso do encarceramento em massa ou entender essa construção de subjetividade e intersexualidade que constrói essa violência? Precisamos ampliar o debate.”

Geledés-Você disse também que já sofreu vários tipos de preconceito, inclusive sobre sua condição de mulher negra. Como foi isso e como respondeu?

São dois momentos muito marcantes para mim. O primeiro é quando era ainda menina, quando cursava a segunda série, e durante o intervalo da aula, estava num grupo de meninas que me disseram: “a gente não quer andar com você mais, porque você tem cor de sujeira, cor do papel que embrulha os cadernos”, referindo-se ao papel pardo. A questão de gênero já estava ok para mim. Mas compreender que estava sendo excluída por causa do tom de pele e ser associada à sujeira me tornou silenciosa, excluída e reclusa.

Outro momento marcante foi quando tinha 26 anos e comecei a desenvolver minha sexualidade e estava com meu primeiro namorado. Tivemos os primeiros desentendimentos e ele me disse: “quem você acha que vai namorar com alguém como você e ainda por cima preta?”. Você sabe que as pessoas têm preconceito. É como se só ele fosse me aceitar. A gente ressignifica a vida, transforma-a. É essa coisa de se entender de autonomia, de autoconhecimento, de encontrar outras mulheres negras. Entender que você, mulher negra, é plena e o problema é do outro.

Geledés-Certa vez você mencionou que luta para o conceito de liberdade. Qual é esse conceito?

Meu conceito é sobre a infinitude mesmo. Não temos começo, meio e fim; só temos a contemporaneidade do aqui e agora. E chamar a liberdade para a questão da consciência, da responsabilidade, da autonomia de ser você mesma. De ter responsabilidade sobre o seu existir. É preciso dialogar com outras existências e isso me torna responsável não só sobre a

minha vida, mas sobre as vidas com as quais interajo. Liberdade nasce no respeito por mim e por quem eu enxergo. Esse enxergar é amplo e sensorial. Liberdade é sobre a condição humana. O que não pode ser pensado e negociado.

“Aprendi com minha mãe que afeto não é sobre o que eu queria, mas sobre o que eu estava disposta a dar. Não há como esquecer de quem sou filha. Mais do que isso, de quem me ensinou que a minha postura é a de abrir espaço em uma sociedade.”

Geledés-Você sempre fala de sua mãe. Como ela é e o que lhe deixou como maior legado?

Vai soar poético, mas pense em um momento muito significativo. Eu me reconheci com dois anos e meio de idade e fico imaginando tudo que ela vivenciou a partir dessa experiência comigo, ela que me conta que gestou uma menina, nasci em um sábado, às seis e meia da tarde, e o céu ficou rosa alaranjado, céu de Ewá, uma das divindades femininas do Candomblé, fico imaginando o que senti quando disseram que não era a menina. Fico imaginando a cabeça dela ao ter que lidar com tudo isso e o tanto, o tanto que ela me protegeu. Foi a coerência dela que me protegeu.

São tantas as histórias de proximidade e aqui vou lhe contar duas. Fico imaginando aquela mulher, faxineira a vida toda, que sustentou dez filhos com meu pai, tamanha era sua grandiosidade. Um dia ela chegou tarde e precisava fazer a comida e estava tudo muito atrasado. Ela me deu uma panela de arroz e eu disse: quero lavá-la. Com seis anos, subi no banquinho de madeira para alcançar o tanque e lavei a panela. Ela olhou e me disse que ainda não estava boa. Na quarta vez, a panela de alumínio de aro 32- grande para uma criança -, estava areada, próximo do que ela considerava ideal. E ela falou: não está bom, mas a tampa está ótima. Você conseguiu.

Um outro episódio: morávamos em uma casa de um cômodo só e as divisões eram feitas com os móveis. Dormíamos com as cabeças intercaladas com os pés e já cansada e incomodada de ter de ceder meu lugar todas as vezes que uma visita chegava, um dia lhe perguntei: “por que tenho que dormir no chão para ceder o lugar para essa gente que não é nem daqui?” E ela respondeu: “Porque temos que dar o nosso melhor. Sempre”.

Então aprendi com minha mãe que afeto não é sobre o que eu queria, mas sobre o que eu estava disposta a dar, assim como ela o fazia. Ela limpava rodapé com escova de dente e hoje tem cinco hérnias de disco. E negociou com uma de suas patroas para entrarmos na escola quando eu tinha três anos e meio. Ou seja, não há como esquecer de quem sou filha. Mais do que isso, de quem me ensinou que a minha postura é a de abrir espaço em uma sociedade.

Geledés-Além de sua mãe, quem foi uma pessoa importante em sua vida?

Fabiana Moraes, uma intelectual que escreve no site da revista Piauí, autora do livro Nascimento de Joyce (história de uma mulher trans agrária). Ela é amiga e uma referência de mulher que pensa, que produz no Nordeste do Brasil. Não poderia esquecer de citá-la que é uma grande paixão. Uma mulher muito interessante, com vários prêmios de jornalismo. E obrigada ao Geledés! Muito amor nessa vida. Estamos juntas!

por Katia Mello

Ex-primeira-ministra lésbica da Islandia: “Os direitos LGBTIQ não deveriam ser um assunto local e sim global”

Islandesa Jóhanna Sigurdardóttir virou a primeira pessoa abertamente homossexual a presidir um Governo

(El País, 22/07/2017 - acesse no site de origem)

Antes de se transformar na primeira pessoa abertamente homossexual a presidir um Governo, a ex-primeira-ministra da [Islândia](#) viveu 18 anos com seu primeiro marido. Isso até a autora e dramaturga Jónína Leósdóttir cruzar seu caminho e juntas iniciarem uma relação que continua até hoje. As duas se casaram em 2010, no mesmo dia em que entrou em vigor a lei promovida pelo Governo de [Jóhanna Sigurdardóttir](#) (Reykjavík, 1942). A ex-primeira-ministra, premiada recentemente em um dos prêmios Alan Turing em Arona (Tenerife) durante [ARN Culture & Business Pride](#) por suas contribuições à comunidade LGBTIQ, respondeu por e-mail às perguntas do EL PAÍS.

Pergunta. Por que ainda é tão complicado para o encontrar um político gay que fale abertamente sobre sua [homossexualidade](#)?

Resposta. Depende dos países em que se viva e das atitudes da sociedade em relação aos LGBTIQ. É diferente em cada lugar. Posso entender que tanto os políticos como outras personalidades públicas queiram que o foco seja em seus trabalhos e não em suas vidas particulares. Essa foi a razão pela qual decidi não falar muito sobre minha vida particular enquanto não saí da política.

P. A senhora se sentiu alguma vez discriminada por sua orientação sexual?

R. Minha relação sentimental com Jónína, com quem agora estou casada, [permaneceu no armário](#) durante 15 anos, de 1985 até o ano 2000. Temia que tornar pública minha vida particular poderia ser difícil para nossos três filhos e para minha carreira política. Por sorte, a situação para os [LGBTIQ](#) na Islândia mudou completamente nos últimos 32 anos em que Jónína e eu estamos juntas. Nossa [sociedade](#) é agora muito mais aberta e aceita essa realidade, de modo que agora as pessoas não precisam ficar no armário, não importa qual é a sua carreira. Foi uma mudança enorme.

P. O que a fez se decidir a sair do armário como homossexual?

R. Levei muito tempo para entender que uma relação romântica não pode atingir sua plenitude

se continuar secreta. Jónína gostaria de torná-la pública muito antes e agora eu mesma gostaria de ter concordado com isso. Mas não consegui entender completamente até começarmos a viver juntas no ano 2000. Então compreendi a liberdade que podemos ter quando nos comportamos de maneira natural sobre quem somos. Perdemos muitos anos por minha [resistência a sair do armário](#).

P. Teme que a chegada de [Donald Trump](#) à presidência dos [Estados Unidos](#) possa ser um retrocesso na luta dos direitos já adquiridos pela comunidade gay?

R. Sim, temo. E levando em consideração algumas das afirmações que Trump fez (sobre o coletivo LGBTIQ), temos razões para estarmos preocupados.

P. Vendo as dificuldades da União Europeia (UE) para lidar de forma conjunta com a crise dos [refugiados](#) e o [Brexit](#), os países membros deveriam ter a mesma posição em relação aos direitos LGBTIQ?

R. Sem dúvida. Mas o compromisso a longo prazo deveria ser que todos os indivíduos LGBTIQ em todos e cada um dos países do mundo tenham os mesmos direitos e o mesmo respeito. Os direitos LGBTIQ não deveriam ser um assunto local e sim global porque afetam direitos humanos básicos.

P. Sente falta de uma atitude mais proativa da UE em relação à situação dos homossexuais na [Rússia](#) e na Chechênia?

R. Claro que sim. E deveria ser mais ativa não somente da [União Europeia](#), mas também das [Nações Unidas](#) e das organizações de defesa dos direitos humanos. Não é suficiente mostrar preocupação e lançar comunicados. A situação na [Chechênia](#) (país sobre o qual pesa a acusação de ter centros de detenção irregular para pessoas LGBTIQ) é completamente intolerável e deve ser impedida.

P. A atual crise da União Europeia pode fazer com que a luta pelos direitos dos LGBTIQ fique relegada?

R. Existe um certo risco de que os direitos da [comunidade gay](#) não sejam considerados suficientemente importantes em comparação com outros problemas urgentes que a União precisa lidar. De qualquer forma, a UE não pode ignorar as violações de [direitos humanos](#) e o retrocesso que ocorre entre alguns de seus países membros, especialmente no leste da Europa. Se a UE quer ser levada a sério em relação à defesa dos direitos humanos, deve simplesmente fazer algo sobre essa situação entre seus países membros.

P. Os países e as regiões podem fazer algo para prevenir o assédio escolar? Estou pensando nas crianças que sofrem esse assédio no colégio por serem homossexuais.

R. Deveria ser [responsabilidade de todas as escolas](#) garantir que seus estudantes não sofram assédio por serem LGBTIQ ou por qualquer outra razão. A questão está em proporcionar às crianças a informação correta sobre os LGBTIQ, porque boa parte desse assédio se deve à ignorância. E a ignorância cria preconceitos. Infelizmente, pode ser difícil para os professores encarregarem-se de tudo isso sozinhos. Se as crianças recebem em casa preconceitos sobre os homossexuais, levam essas mesmas atitudes ao colégio. É muito importante tentar lutar contra o assédio escolar entre os adolescentes que acabam de descobrir quem são; podem ser muito vulneráveis.

P. Qual é sua opinião sobre a [sub-rogação](#), que está sendo utilizada por muitos casais homossexuais que desejam ser pais? Os membros da UE também deveriam ter a mesma política a esse respeito?

R. É uma questão extremamente difícil, especialmente porque sou muito próxima de pessoas que não podem ter famílias, como homens homossexuais, [mulheres transexuais](#), etc... Ao mesmo tempo, também é importante proteger as mulheres que por razões de pobreza aceitam dinheiro em troca de gestarem bebês com os quais podem nunca mais ter algum tipo de contato ao nascerem. Situações assim podem causar problemas muito complicados de se resolver.

P. Já se passaram 17 anos desde que seu país aprovou o casamento homossexual, como depois fizeram países como a Espanha. Quais os novos assuntos que deveriam ocupar a agenda de reivindicações LGBT nos próximos anos?

R. As uniões civis são legais na Islândia desde 1996, e desde 2010 também são legais os [casamentos homossexuais](#), de modo que avançamos muito. Mas agora é necessário permanecermos vigilantes em relação aos direitos humanos da população. Nunca devemos pensar que tudo foi conseguido, que não resta nada a ser feito. Sempre existe o risco de um retrocesso nesses direitos, como vimos em outros países, e seria extremamente triste ver passos atrás após o longo sofrimento que foi a luta para alcançar os direitos aos homossexuais.

Carlos Córdoba